

■ OPINIÃO



FIF BMC Curto Prazo

A falta que a modéstia nos faz

Washington Novaes *

Eram os idos de 1966. Recém-“eleito” pelo Congresso, o general Costa e Silva cumpria uma das etapas de seu périplo de dois meses pelo mundo, organizado de forma a não se chocar frontalmente com o marechal Castello Branco na redação da Carta de 1967, que receberia como herança.

Enquanto o Caravelle sobrevoava os Alpes suíços, o diplomata que viria a ocupar posição importante em seu governo tentava convencer um diretor do Instituto Brasileiro do Café da conveniência de uma proposta de acordo nessa área, que pretendia levar logo mais à reunião internacional dos países produtores. O diretor do IBC argumentava, assustado, que esse acordo seria ruinoso para o Brasil, estimularia outros países a aumentar sua produção. O diplomata escutava educadamente e insistia: não se tratava de saber qual era a melhor proposta para o Brasil, e sim de conseguir um acordo; essa era a função da diplomacia e da negociação; ganhos e perdas eram outro departamento, secundário.

O episódio vem à memória a propósito do festival levado ao ar em horário nobre nos momentos em que a comissão especial da Câmara dos Deputados buscava um acordo em torno do projeto de reforma da Previdência. Tudo que não fosse a possibilidade de acordo passava a segundo plano. Era aquela diplomacia em seu apogeu,

mas já sem punhos de renda, sob o calor de insultos e palavrões. Na verdade, uma exacerbação do que se tem visto ao longo de anos — a busca a qualquer preço de consensos, tentando elidir conflitos inarredáveis. Mesmo que o consenso nada resolva (tanto que se prevê uma revisão da lei dentro de cinco anos). Sob outra roupagem, parece a tese da “união nacional”, sacada do baú sempre que ameaça irromper o conflito político.

E vai-se em frente, como se tudo se estivesse resolvendo, com qualquer desfecho. Como nos casos do Banco Econômico e Banco Nacional, deixando para trás a incômoda sensação de que nada se fiscaliza (como acreditar o contrário quando, “de repente”, se “descobre” que só na área externa o Econômico é acusado de — nada mais, nada menos — 125 operações ilegais, ao longo de anos e anos?). Também “de repente” se descobre que a Caixa Econômica Federal financiou, com dinheiro do FGTS, milhares e milhares de casas de praia e de campo para as classes média alta e alta, que já tinham outros imóveis no lugar de residência — enquanto o déficit de habitações para os donos dos recursos do FGTS subia para a casa dos milhões e o rombo do Fundo de Compensação de Variações Salariais chegava a dezenas de bilhões de reais.

Mas é a regra do jogo. Esque-

cem-se as contas que um deputado fez (a União tem a receber quase R\$ 200 bilhões sonegados à Receita, à Previdência e a outros departamentos, e quase outro tanto em imóveis cedidos graciosamente a seus ocupantes) e parte-se para a busca do “consenso” em áreas de conflito.

Faz-se de conta que se está resolvendo, quando pode estar acontecendo o contrário. Por exemplo: considera-se injusto que um professor universitário se aposente ainda moço e com salário integral, muito maior que a aposentadoria máxima (pouco mais de 800 reais, hoje) de um trabalhador do setor privado; só que, em vez de subir o teto dos que podem menos (usando os recursos mencionados pelo deputado), vai-se rebaixar o teto dos outros. É preciso ser profeta para prever um esvaziamento e uma perda de qualidade do quadro docente das universidades? Quem, entre os bem dotados, vai escolher a dedicação exclusiva a uma carreira que, no fim da vida, lhe proporcionará uma aposentadoria menor que o salário da ativa — e ainda mais sabendo que seu talento pode ser muito melhor remunerado ao longo de toda a vida no setor privado?

Não há dúvida de que é preci-



so desentortar a Previdência, como é preciso desenrolar a burocracia estatal, como é necessário exigir competitividade das empresas estatais e o fim de privilégios. Mas por esses caminhos?

Talvez seja hora de lembrar o saudoso

Ignácio Rangel, “pai” de toda uma geração de economistas que hoje povoam o governo e as oposições. Para escândalo da esquerda, ele, que ajudara a construir o modelo simbolizado pela Petrobrás e pela Eletrobrás, ele que colocara o BNDES como grande financiador da infra-estrutura pública, no início da década de 80 teve a coragem de afirmar que se esgotara um ciclo. O Estado deveria retirar-se de setores (como o elétrico) em que já não era indispensável, para poder superar sua crise financeira. Com os recursos das privatizações, deveria financiar as áreas em que nosso déficit é vergonhoso — educação, saúde, saneamento, habitação popular, transporte. Ignácio Rangel levaria um susto se visse em que se transformou sua tese, os formatos e destinos do dinheiro em muitas privatizações.

Com tudo isso, seguimos enclacrados. Faz-se de conta que escapamos da crise da dívida exter-

na (escapamos, pagando US\$ 10 bilhões num ano?), do esquema dos petrodólares, para mergulhar no poço iluminado dos derivativos, que têm provocado advertências severas até dos seus maiores beneficiários, como o megainvestidor George Soros, em entrevista publicada (outubro de 1995) pelo Jornal do Brasil: “A maior ameaça à sociedade livre, aberta e democrática, hoje, não é o nazifascismo, nem o comunismo, mas o liberalismo econômico, com sua fé cega na perfeição do mercado”. E mais: “Nossa civilização está sendo construída na busca de objetivos egoístas, não na preocupação com os interesses dos outros” (Time, 10/07/95).

Se vivo, Ignácio Rangel levaria um susto se visse em que se transformou a privatização, tese que tanto defendeu

Na “luta selvagem” pela sobrevivência, mencionada por Soros, não se pode desagradar ao capital especulativo, sob pena de quebrar. Mas se acaba perdendo a autonomia para levar à prática políticas internas, principalmente as destinadas a compensar desequilíbrios regionais e setoriais de renda — como já advertia há alguns anos o ex-ministro Celso Furtado (“A Fantasia Desfeita”).

E a consequência é outra perda — a da esperança de ascensão social. No mundo do desemprego, nem o diploma universitário é mais garantia. E que pensar de uma sociedade em que não haja esperança de ascensão?

Não dá para anunciar investimentos mirabolantes no social nos próximos anos quando todos os meses novos cortes orçamentários têm de ser feitos em função do espantoso crescimento da dívida interna, que decorre principalmente dos juros pagos ao capital especulativo. Não dá para ficar proclamando um futuro utópico, até porque nem sabemos como ele será.

Ainda há poucos dias, um dos grandes jornais brasileiros, no retrospecto das notícias que publicou há 50 anos, citava o legendário prefeito de Nova York Fiorello La Guardia, em visita ao Rio para a posse do general Dutra na presidência: “A destruição da Europa foi de tal ordem que o continente, levará 100 anos para ressurgir das cinzas. E a guerra arrasou tanto a economia americana que os Estados Unidos só se recuperarão no fim deste século”. Se houvesse dependido do acerto das profecias para sobreviver, teria falido.

Tal como no caso de La Guardia, um pouco de modéstia nas nossas certezas e previsões não nos faria mal.

* Jornalista